

Bioquímica do desenvolvimento

José Eli da Veiga

VALOR - 28/11/2006



**JOSÉ ELI
DA VEIGA**

Há um fato curioso na classificação de quase todas as nações pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que acaba de sair no relatório do PNUD de 2006, com dados de 2004. Um quase empate entre dois países simétricos: Cuba, na 50^a posição, grudou no seu avesso, os Emirados Árabes, na 49^a. É verdade a esperança de vida ao nascer estava quase idêntica nos dois: em torno dos 78 anos, pertinho da média dos vinte países mais desenvolvidos, que beirava os 80. E surpreendentemente além das atingidas na Dinamarca e nos Estados Unidos, pouco acima dos 77. A divergência surgia, evidentemente, nas outras duas dimensões: educação e renda.

A nota de Cuba em educação foi próxima à média dos vinte mais desenvolvidos, apesar de sua baixa taxa de matrículas (80%), pois eram raríssimos na ilha os adultos analfabetos (0,2%). Já para os Emirados este dado nem existia, além de ser baixíssima sua taxa de matrículas (60%). O inverso ocorria com a renda per capita em paridade de poder de compra. Nos Emirados ela já ultrapassara os 24 mil dólares, mais de 600 dólares superior à da Nova Zelândia, vigésimo país mais desenvolvido, enquanto em Cuba nem se sabia ao certo, mas supunha-se que estivesse próxima da chinesa, de 5.900 dólares. E não se pode esquecer que Emirados e Cuba também são extremos no balanço ecológico, mesmo que este aspecto não faça parte do IDH. Enquanto os Emirados pressionam o ambiente natural muito além da quota global per capita, e são ultra-deficitários com relação à sua própria capacidade biológica, exatamente o oposto ocorre em Cuba.

Tais contrastes entre duas nações que praticamente empataram na maratona do IDH ilustram bem a debilidade de duas das mais recorrentes visões do desenvolvimento: a que tenta amesquinhá-lo ao crescimento do PIB, e a que toma a educação em geral como redentora. Se a base de comparação for a média das três dimensões do índice (saúde, educação e renda), tanto Cuba quanto os Emirados estão entre os 50 países mais desenvolvidos do mundo. Bem à frente dos quatro BRICS, por exemplo. Todavia, se a idéia de desenvolvimento excluir a possibilidade de reprovação em alguma dessas três dimensões essenciais, tornam-se alentadoras as perspectivas dos BRICS, além de encolher muito a lista dos países mais desenvolvidos.

Ciência, tecnologia e inovação ainda não foram elevadas ao nível de ações de Estado, a exemplo das da Justiça, da Defesa ou da Política Externa

Como se sabe, são ainda irrisórias as rendas per capita da Rússia e do Brasil (para nem se falar das da China e da Índia). Não chegam a um terço da média dos vinte países mais desenvolvidos. Mas a Rússia já dá show em educação, superando o Japão, e empatando com a Suíça. Em 2004, a esperança de vida já superava os 70 anos no Brasil e na China. E ainda há imensas reservas de biocapacidade no Brasil e na Rússia. Por outro lado, a enxuta lista dos países que já têm altas notas nas três dimensões básicas do desenvolvimento só reforça a mais simples idéia que pode ser derivada de meio século de pesquisas: de que ele sempre resulte de inevitáveis combinações de tutano com neurônio. Ter tutano é ter força, coragem e ousadia. Ter neurônio é ter capacidade de resolver problemas, de aprender com os resultados, e então inovar. Sem esquecer, é claro, do fundamental: alguns ambientes naturais impõem problemas muito mais difíceis do que outros.

Até o século XX, as fórmulas de desenvolvimento sempre contiveram mais tutano que neurônio, como mostra a

obra do biogeógrafo Jared Diamond, cujo equivalente local só pode ser o deprimente panorama histórico que Warren Dean nos deixou sobre a exploração da Mata Atlântica ("A ferro e fogo", Companhia das Letras, 1995). Principalmente a do século passado, quando já deslanchava em duas dezenas de países ricos e educados a mutação na qual o desenvolvimento passa a depender muito mais de neurônio do que de tutano.

Este é o drama dos territórios que exportaram seus cérebros, e de todos os que até hoje não conseguiram consolidar um verdadeiro sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). E é chover no molhado lembrar que tal sistema depende umbilicalmente de um sub-sistema educacional completo, com ênfase na formação científica e excelência no terceiro grau. Foi-se o tempo em que podia ser suficiente uma genérica prioridade à educação.

Isso vale tanto para comparações entre o Sul e o Norte do planeta, quanto entre o Brasil e as outras três baleias que compõem os BRICS, quanto entre o Centro-Sul e o Norte-Nordeste do Brasil. Ficará cada vez mais difícil o aproveitamento de vantagens naturais se ainda predominar tutano em vez de neurônio. E o campo em que isso fica mais patente e preocupante é o da produção de energia sob a espada de Dâmocles do aquecimento global. Com as técnicas já existentes, até seria possível manter por uns cinquenta anos o atual nível de emissões de carbono (7 bilhões de toneladas anuais), desde que houvesse uma capacidade de governança global com a qual não se pode sequer sonhar. Por isso, se houver saída, ela virá de fontes revolucionárias de energia - ondas e marés, ventos de elevada altitude, nanobaterias solares, micróbios projetados, energia solar espacial, fusão nuclear - como tão bem mostrou o número de outubro da "Scientific American Brasil".

Basta este exemplo para lembrar a debilidade do Brasil em CT&I, mesmo se comparado apenas aos outros BRICS. É verdade que houve avanço, particularmente entre a criação dos fundos setoriais e o lançamento da política industrial, tecnológica e de comércio exterior.

Todavia, ainda neste ano, 39% de suas verbas serão desviadas para pagar dívidas. Ciência e tecnologia ainda não foram elevadas ao nível de ações de Estado, a exemplo das da Justiça, da Defesa ou da Política Externa, como enfatizou a SBPC em recente carta ao presidente reeleito. "Uma ação de Estado em C&T tanto se faz necessária para fomentar a nossa capacidade de produzir conhecimentos como para preservar a possibilidade de utilizá-los soberanamente para o bem da Nação." Em suma, mesmo a eventual destrava dos gargalos do crescimento será vitória de Pirro se permanecer tanto desdém pela bioquímica do desenvolvimento.

José Eli da Veiga, professor titular do departamento de economia da FEA/USP e autor do livro "Meio Ambiente & Desenvolvimento" (SP: Editora Senac, 2006), escreve mensalmente às terças. Página web: www.econ.fea.usp.br/zeeli/